

**LUGAR NENHUM
MILITARES E CIVIS
NA OCULTAÇÃO DOS
DOCUMENTOS DA
DITADURA**

**COLEÇÃO
ARQUIVOS
DA REPRESSÃO
NO BRASIL**

**LUCAS
FIGUEIREDO**

Copyright © 2015 by Lucas Figueiredo
Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

PROJETO GRÁFICO E CAPA

Kiko Farkas e Ana Lobo/Máquina Estúdio

FOTO DE CAPA

Orlando Brito

PREPARAÇÃO

Alexandre Boide

ÍNDICE REMISSIVO

Luciano Marchiori

REVISÃO

Angela das Neves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Figueiredo, Lucas

Lugar nenhum: militares e civis na ocultação
dos documentos da ditadura / Lucas Figueiredo.
– 1ª ed. – São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

ISBN: 978-85-359-2640-8

1. Ação civil 2. Brasil – Política e governo – 1964-1985 – Fontes
3. Ditadura – Brasil – História 4. Documentos – Fontes
5. Militarismo 6. Perseguição política I. Título.

15-07801

CDD – 320.981

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Ditadura : História 320.981

[2015]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 – São Paulo – SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

LISTA DE SIGLAS	08
INTRODUÇÃO	11
1º ATO — PRESERVAR	15
2º ATO — ESCONDER	48
3º ATO — MENTIR	57
4º ATO — CALAR-SE	74
APÊNDICE	133
NOTAS	155
FONTES	183
AGRADECIMENTOS	188
CRÉDITOS DAS IMAGENS	208
ÍNDICE REMISSIVO	211

1º ATO

PRESERVAR

QUANDO OS MILITARES CHEGARAM AO PODER, em 1964, a caserna vivia uma luta interna. De um lado, oficiais tidos como moderados, conhecidos maldosamente como *grupo da Sorbonne* por causa da formação ilustrada de muitos de seus membros. Do outro, a *ala dos duros*, formada, como o próprio nome indica, por radicais.¹ Os moderados acreditavam que a ditadura seria breve e que, durante sua vigência, a violência contra os opositores seria usada com parcimônia. Já os duros previam um longo e penoso caminho até a destruição, no sentido estrito da palavra, da “ameaça comunista” que rondava o Brasil. Num primeiro momento, o grupo da Sorbonne saiu na frente e conseguiu fazer de seu líder-mor, general Humberto Castello Branco, o presidente da República. Durante três anos, a *Sorbonne* mandou no Palácio do Planalto. Na sucessão de Castello Branco, porém, em 1967, foi a vez de a ala dos duros tomar as rédeas do país, com o ministro da Guerra, general Arthur da Costa e Silva, ascendendo à cadeira presidencial.

Já havia algum tempo, Costa e Silva defendia a ideia de reforçar a estrutura dos serviços secretos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica com o objetivo de transformá-los em órgãos centrais da repressão. O general acre-

ditava que isso seria possível a partir de duas mudanças profundas no desenho institucional das Forças Armadas. A primeira: em vez de se ocuparem apenas da coleta e análise de informações a fim de abastecer os setores militares operacionais, como era tradição nas Forças Armadas, os serviços secretos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica participariam diretamente da luta. Seriam transformados em grupos de elite trabalhando ao mesmo tempo com informação e força. Uma espécie de superpolícia política voltada para o estudo, o combate e a aniquilação do chamado “inimigo interno”, ou seja, qualquer pessoa ou grupo identificado como opositor ao regime militar. A segunda mudança pretendida por Costa e Silva era ainda mais ousada. Além de ganharem musculatura, os serviços secretos militares ganhariam poder, passando a responder unicamente ao gabinete do ministro e sua respectiva força. Para o rígido sistema hierárquico das Forças Armadas, era uma proposta polêmica. Um posto avançado do serviço secreto do Exército no interior do Pará, por exemplo, mesmo que tivesse apenas um tenente como oficial mais graduado, não seria subordinado à unidade militar da cidade onde se localizava ou ao comando da capital, em Belém, ou mesmo ao Estado-Maior da força terrestre em Brasília. Prestaria contas apenas ao gabinete do ministro do Exército. Assim, ao serem dispensados de prestar obediência a seus superiores hierárquicos nas unidades militares local, regional e central, os membros dos serviços secretos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica passariam a gozar de considerável autonomia, uma palavra até então tabu nas Forças Armadas.²

Ainda em 1967, menos de cinco meses após tomar posse, Costa e Silva começou a botar seu plano de pé. Em maio, o general baixou um decreto em que criava o novo serviço secreto da força terrestre. Seu nome: Centro de Informações do Exército (CIE).³

O presidente pretendia fazer o mesmo na Marinha e na Aeronáutica, mas seu tempo no poder foi curto. Vítima de uma isquemia cerebral, Costa e Silva foi afastado da Presidência em agosto de 1969, vindo a morrer pouco depois.

O sucessor de Costa e Silva, general Emílio Garrastazu Médici, era da ala dos duros, o que garantiu a continuidade do projeto de reformulação nos serviços secretos militares. Em 1970, o novo presidente concedeu poderes adicionais ao serviço secreto da força aérea, que passou a se chamar Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (Cisa). No mesmo ano, o processo foi concluído com as mudanças no serviço secreto da força naval, que continuaria com o mesmo nome: Centro de Informações da Marinha (Cenimar).

Apesar de atuarem em faixas próprias e de manterem certa rivalidade entre si, os serviços secretos militares conservavam um relacionamento estreito. Trocavam informações e análises, dividiam nichos no sistema da repressão e protegiam-se mutuamente.

A parceria entre CIE, Cisa e Cenimar tinha um quarto vértice: o Serviço Nacional de Informações (SNI). Criado logo após o golpe de 1964 pelo general Golbery do Couto e Silva, guru do grupo da Sorbonne, o SNI tinha um desenho institucional único e bem diverso em relação ao dos serviços secretos militares. A rigor, o *Serviço*, como era conhecido internamente, era um órgão civil, apesar de controlado

por militares e operado com a filosofia castrense (estudar o inimigo e neutralizá-lo). Subordinado diretamente à Presidência da República, seu chefe tinha status de ministro de Estado e gabinete no Palácio do Planalto (quarto andar, sala 17, um andar acima da ala presidencial). O Serviço Nacional de Informações era tão influente dentro do governo e no Alto-Comando das Forças Armadas que dois de seus ministros-chefes se tornariam presidentes — Médici (1969-74) e Figueiredo (1979-85). Diferentemente do CIE, do Cisa e do Cenimar, o SNI não atuava na repressão. Não sequestrava, prendia, torturava nem matava, pelo menos não de forma direta. O órgão concentrava seus esforços na coleta, análise e difusão de informações, tendo como “clientes” preferenciais, em primeiro lugar, a Presidência da República, seguida pelos serviços secretos militares.

Juntos, SNI, CIE, Cisa e Cenimar formavam a cúpula do sistema de informações da ditadura. Dentre os quatro, o mais fechado e também o mais antigo, cuja origem remonta a 1955, era o serviço secreto da Marinha. Tanto no campo da coleta e da análise de informações quanto no da repressão, o Cenimar atuaria com competência acima da média, reconhecida inclusive por seus congêneres. Nesta segunda área, era inigualável seu know-how para plantar espiões e colher informantes nas organizações de esquerda (dedicadas ou não à luta armada), tendo sido responsável pelo desmantelamento, por dentro, de inúmeros grupos subversivos. O Cenimar formou um espião célebre: José Anselmo dos Santos, o cabo Anselmo. Fazendo-se passar por ativista de esquerda, ele atuaria com destaque na crise política que desagou no golpe contra o presidente João Goulart em

1964. Naquele ano, Anselmo, então presidente da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), liderou um motim de marinheiros que acirrou os ânimos nas Forças Armadas por conta da quebra de disciplina e do rompimento do princípio de hierarquia. Nove anos depois, o espião encontrava-se trabalhando para a repressão como agente infiltrado na Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), uma das organizações de maior expressão na luta armada, que tinha entre seus líderes o célebre ex-capitão do Exército Carlos Lamarca. Na condição de infiltrado, Anselmo seria o principal informante de uma operação militar que ficaria conhecida como Massacre da Chácara São Bento, que terminou com a execução de seis guerrilheiros da VPR em Recife, entre eles a companheira de Anselmo, a jovem e bela paraguaia Soledad Barrett Viedma, de 27 anos, na época possivelmente grávida de um filho seu.

O Cenimar também abrigou, patrocinou e protegeu torturadores de fama, como Sérgio Paranhos Fleury, antigo líder do Esquadrão da Morte de São Paulo e delegado do Departamento de Ordem Política e Social da Polícia Civil paulista (Dops/SP). Na ditadura, em missões no Rio de Janeiro, Fleury interrogou (e torturou) muitas de suas vítimas nas instalações do Arsenal da Marinha, na Ilha das Cobras, e em um centro clandestino do Cenimar em São Conrado.

O Cenimar era uma máquina de moer com muitos tentáculos — todos eles, dependentes de seu gigantesco banco de dados, um dos melhores, senão o melhor, das Forças Armadas. O arquivo ficava na sede do serviço secreto da Marinha, na Ilha das Flores, no Rio de Janeiro. Os militares que trabalhavam no arquivo do Cenimar recebiam, produziam,

cruzavam, despachavam e catalogavam uma infinidade de papéis sigilosos. Eram homens com “conhecimento dos fatos mais importantes da vida política do país, arquivando-os para futuras consultas”, conforme explicava um documento interno do próprio órgão.⁴ Preservar o arquivo secreto da Marinha era uma das funções daqueles agentes, uma tarefa hercúlea, dada a vasta quantidade de informações armazenada pelo Cenimar.

Em 1971, o acervo da Divisão de Registro do órgão guardava informações sobre 325 mil pessoas, sendo 300 mil em pastas individuais.⁵ A papelada ocupava 160 gavetas de armários de aço.⁶ Além dos prontuários, o Cenimar acumulava documentos diversos, produzidos pelo próprio centro e pelos demais componentes dos sistemas de repressão e inteligência, sobretudo pelos serviços secretos do Exército e da Aeronáutica, pelo SNI, pelos DOI/Codi (Destacamentos de Operação de Informações/Centros de Operação de Defesa Interna) e pela Polícia Federal.⁷ No arquivo do Cenimar, pouquíssimos eram os papéis que não apresentavam um carimbo no alto ou no pé da página, indicando tratar-se de documento de acesso restrito. Nas gavetas, havia documentos classificados nos quatro graus de sigilo previstos em lei (pela ordem crescente do nível de sigilo: reservado, confidencial, secreto e os muito raros ultrassecretos).⁸

O ano de 1971 foi movimentado no Cenimar. Nem tanto pelo combate à subversão — “O ano foi dos mais tranquilos [nessa área]”, resume um documento interno do centro, apesar das trinta mortes nas organizações armadas de esquerda e 788 denúncias formais de tortura contra adversários do regime.⁹ Se para a turma do moedor de carne do

Cenimar o trabalho tinha sido relativamente ameno, para o pessoal do arquivo fora um ano frenético. Após um período classificado como de “completa estagnação”, a Divisão de Registro do centro passava por uma “total reestruturação”. Para dar conta do volume de papéis acumulados, que crescia em progressão geométrica, as instalações estavam sendo expandidas e, a quantidade de gaveteiros, significativamente aumentada, assim como o número de pessoal.¹⁰ Parado havia oito anos, o chamado Arquivo Especial, que guardava dados sobre informantes, fora “inteiramente reorganizado”.¹¹ O cotejo dos dados do Arquivo Comunismo com os do Arquivo Geral permitiu eliminar duplicatas, e vários prontuários foram desmembrados.¹² A partir daquele ano, além de guardar fotos e mapas, o Cenimar passou a armazenar slides.¹³

As perspectivas para o curto e médio prazos eram de mais trabalho. A meta do centro era ter capacidade de produzir informes sobre “qualquer cidadão”.¹⁴ Naquele momento, havia um alvo prioritário: os universitários. Fazia pouco tempo, a Marinha decidira ampliar seus quadros, o que, previa-se, levaria à entrada maciça de estudantes do ensino superior. O Cenimar temia que militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) — formado por dissidentes do histórico Partido Comunista Brasileiro (PCB) que haviam rompido com sua antiga sigla, de “linha pacífica”, para abraçar a guerrilha rural — aproveitassem a oportunidade para tentar se infiltrar na força naval. Por isso, o serviço secreto da Marinha aconselhava que fosse exercida “fiscalização velada sobre cada oficial oriundo de universidade”. O fundamental, segundo as diretrizes, era “manter esse centro [Cenimar] informado”.¹⁵

O Cenimar trabalhava para fazer de todo servidor da Marinha um potencial informante. Era preciso, como dizia o centro, ter “uma mentalidade de informações”.¹⁶ Se cada subalterno ou oficial da força naval vigiasse o próximo (e obviamente relatasse ao centro suas descobertas), isso evitaria transtornos para os próprios servidores militares e para a Marinha, pregava o Cenimar. Entre o pessoal da força naval, era preciso, como também defendia o centro, “tirar a expressão” — ou seja, o estigma — “da palavra dedo-duro e cagete”.¹⁷ “Nossa vigilância é a sua segurança”, dizia um carimbo com o qual o Cenimar costumava marcar alguns de seus documentos.¹⁸ E haja pasta de cartolina e arquivo de aço para guardar tanta informação...

Na Divisão de Registro do Cenimar, a reorganização do material antigo e o desempenho das novas tarefas corriam em paralelo com o cruzamento de dados cotidiano, potencialmente infundável, e a produção de documentos e dossiês. Em 1971, a arrumação dos arquivos gerou um índice remissivo com 30500 fichas, 6 mil novos prontuários biográficos e a abertura de pastas inéditas, como a de assaltos (*todos os assaltos*) ocorridos no segundo semestre nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.¹⁹

A papelada que entrava diariamente no arquivo do Cenimar, somada à que era produzida lá dentro, resultava em uma insaciável busca por pastas, gavetas, armários, salas, andares... enfim, espaço. Em 1971, a Seção de Arquivamento do serviço secreto da Marinha recebeu treze armários de aço, sendo que sete foram imediatamente ocupados com prontuários que até então ficavam atochados em outros arquivos.²⁰ Mesmo tendo recebido os treze armários novos,

a Seção de Arquivamento precisava de mais sessenta, com quatro gavetas cada um, para atender apenas à demanda dos 48 meses seguintes.²¹ E espaço não era o único problema. Os documentos mais antigos, sobretudo os manipulados com maior frequência, corriam o risco de, com o tempo, ficar inutilizados para consulta devido ao desgaste provocado por rasgos, púidos, desbotamentos, manchas etc. O desafio, portanto, não era apenas guardar um acervo colossal e em constante expansão, mas também conservá-lo.

A solução — ou o “pulo do gato”, como definiria mais tarde um oficial do Cenimar — estaria na tecnologia. Ou, nas palavras de outro agente do órgão, no “advento da microfilmagem”.²²

No dia 19 de setembro de 1870, Paris amanheceu cercada por soldados alemães e seus *Pickelhauben*, os estranhos capacetes com ponteira metálica. A Guerra Franco-Prussiana chegava a um dos seus momentos mais agudos. O chanceler Otto von Bismarck prometia manter o cerco até que a França concordasse em ceder à Alemanha os territórios da Alsácia e da Lorena. O frágil governo francês, contudo, não aceitou a exigência, e seu líder, Léon Gambetta, fugiu em um balão para Tours, no interior, a fim de organizar a resistência. De seu bunker, Gambetta conseguiria manter contato com seus camaradas em Paris utilizando um método de comunicação de setecentos anos, o pombo-correio, aliado a uma invenção recente que permitia ao mesmo tempo miniaturizar documentos e protegê-los da ação do tempo: o microfilme.

Patenteado onze anos antes pelo fotógrafo francês René Dragon, o microfilme significou uma revolução para os arquivos. Ele possibilitava reproduzir em um suporte rígido do tamanho de uma unha, com fidelidade absoluta, uma folha de formato A4. A frágil folha de papel cedia lugar a um minúsculo filme de sais de prata trinta vezes menor. Apesar de mínimo, o documento em microfilme era de fácil visualização, bastando apenas uma fonte de luz e uma lente de aumento. O microfilme ainda tinha uma vantagem que por um longo tempo o tornaria imbatível: sua durabilidade excepcional, cerca de quinhentos anos, se armazenado adequadamente.

Nos Estados Unidos, a Kodak, fabricante de filmes e equipamentos fotográficos, começou a fazer uso comercial da tecnologia em 1927. No Brasil, a Biblioteca Nacional iniciou suas operações com miniaturização de documentos em 1944, mas ainda em caráter experimental, dado o alto custo dos equipamentos à época. Apenas em 1977 a Biblioteca Nacional abriria uma seção dedicada exclusivamente à microfilmagem.

Seis anos antes, estando mais uma vez entre os pioneiros tanto na área de tecnologia como na de gestão da informação, o serviço secreto da Marinha criou um núcleo de produção de microfilmes. Um relatório do Cenimar classificou o ano de 1971 como de “grande importância” pelas “realizações de cunho administrativo” ocorridas no centro. Entre elas, a construção de uma sala de interrogatórios na sede do órgão, no Rio (o pau continuaria a comer nos porões da Marinha), a aquisição de “armas modernas” (adversários do regime seguiriam sendo assassinados pelo Estado) e, em

primeiro lugar na lista do Cenimar, a montagem do laboratório de microfilmagem.²³ Do Fundo Naval, saíram 25 mil cruzeiros (93 mil reais em valores atuais) para os reparos e as adaptações do novo espaço.²⁴ E haveria necessidade de mais, já que a lista de compras para o ano seguinte não era pequena: uma microfilmadora, uma montadora de jaquetas (envelopes transparentes de acetato próprios para armazenamento de microfilmes) e arquivos de aço dotados de secador e higrômetro (instrumento que mede a umidade na atmosfera), onde seriam guardados os rolos de microfilme.²⁵

O Cenimar mirava o amanhã. No relatório das atividades de 1971 da Divisão de Registro do centro, no item “sugestões e planejamento para o futuro”, estava prevista a “criação de uma equipe gabaritada para a microfilmagem” e de um núcleo de armazenamento dos documentos miniaturizados.²⁶ Por ora, contudo, bastava traçar os planos para o ano seguinte. As principais metas do serviço secreto da Marinha para 1972 eram a intensificação das infiltrações no campo inimigo e a realização de cursos de capacitação em três áreas: defesa pessoal, tiro e microfilmagem.²⁷

Essa era a Marinha do Brasil no início dos anos 1970: pancada, bala e gestão da informação.

“Não é a violência que acaba com os agentes da subversão, é a inteligência.” Esse é mais um provérbio que com frequência aparecia carimbado nos documentos sigilosos do Cenimar.²⁸ No caso do serviço secreto da Marinha, o mais apropriado seria dizer que o método empregado era uma mistura de ambos: violência e inteligência.

No campo da inteligência, a Divisão de Registro do Cenimar seguia lutando na retaguarda, sempre às voltas com seus papéis. Em 1972, o número de prontuários individuais do arquivo biográfico saltou de 300 mil para 330 mil. O número de pastas de cartolina consumidas chegou a 32114. O de fichas, 68 mil.²⁹ Em função do aumento da temperatura política no Chile, onde o presidente de esquerda Salvador Allende estava com os dias contados, o Cenimar reforçou sua mapoteca com cartas geográficas daquele país.³⁰ E, por fim, fora montada uma estação de comunicação por rádio no longínquo município de Xambioá, no norte de Goiás (hoje Tocantins), para apoiar os combates do Exército contra a recém-descoberta Guerrilha do Araguaia, a tentativa do PCDob de deflagrar uma revolução comunista no Brasil a partir do campo, nos moldes do que ocorrera duas décadas antes na China de Mao Tsé-tung.³¹ “O principal impulso da Divisão de Registro”, no entanto, conforme assinala um documento interno da época, se deu na Seção de Processamento: finalmente, a microfilmagem do arquivo sigiloso passara “da teoria à realidade” — uma transição planejada e executada de forma meticulosa e, o mais importante, documentada de modo quase obsessivo em todas as suas fases.³²

Antes de começarem os trabalhos de miniaturização dos papéis, foi criado um “protocolo geral” com o objetivo expresso de manter os documentos sob “rígido controle (histórico)” — assim mesmo, no original, com a palavra histórico entre parênteses.³³ Também foi instituído um Centro de Armazenamento de Dados, espécie de arquivo morto da papelada já microfilmada e, por questões estratégicas, não descartada.³⁴ A constituição do “protocolo geral”, com

seus padrões de “rígido controle (histórico)”, e a criação do Centro de Armazenamento de Dados, para a guarda de documentos em papel, revelavam um fato importante: ao decidir microfilmar seus documentos sigilosos sem descartar os originais mais importantes, o serviço secreto da Marinha investia na preservação de seu acervo e na otimização do espaço físico, mas não apenas nisso. Um dos objetivos centrais da operação era perpetuar a história das forças de segurança e dos serviços de inteligência, aí incluída, obviamente, a do próprio Cenimar. E para preservar a memória desses órgãos era preciso também conservar a memória dos documentos. O Cenimar guardava a história e a história dentro da história.

Ainda em 1972, em uma terça-feira de abril, a Seção de Microfilmagem da Divisão de Registro do Cenimar entrou em operação.³⁵ A primeira atividade foi uma aula para os agentes da seção: “a história da microfilmagem e suas fases básicas”. Nos dois meses seguintes, um certo professor Lázaro ministraria aulas no campo teórico (usos e vantagens do microfilme, tipos de equipamentos e material, normas para montagem de laboratório, planejamento e organização de um serviço de microfilmagem, arquivamento etc.).³⁶ Foram projetados slides que mostravam diversos tipos de equipamentos empregados na miniaturização e métodos de arquivamento. A quarta aula, realizada no dia 13 de abril, teve como tema “a lei que regulamenta o emprego do microfilme como documento oficial”.³⁷ Ainda que as palavras “lei” e “ditadura” parecessem não combinar, essa foi, do ponto de vista histórico, a aula mais importante, cuja relevância só faria crescer com o tempo.